

A ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

MICHELS, Maria Helena – UFSC

GT: Educação Especial / n.15

Agência Financiadora: FUNPESQUISA

Introdução

A temática a que se refere o presente estudo é a educação escolar frente às exigências colocadas pelas políticas educacionais de inclusão, as quais vêm sendo difundidas por organismos internacionais e governos federal e estadual. O foco da pesquisa está colocado sobre a reorganização da rede municipal de ensino de Florianópolis (SC) para o atendimento de alunos com necessidades especiais pautando-se em dois eixos: as formas organizativas do trabalho pedagógico e a formação de professores.

Considera-se que as proposições políticas não são apreendidas passivamente pelas redes de ensino e seus professores, mas por um processo de “contestação”, conforme as compreensões sobre o que deve ser por eles realizado (OZGA, 2000).

A pesquisa orienta-se metodologicamente por análise de documentos do Município de Florianópolis relativos às proposições políticas referentes à inclusão escolar. Para tanto, este estudo tomará como referência a análise documental (FAIRCLOUG, 2001; SHIROMA ET AL, 2005). Também foi realizada entrevista com a coordenadora da educação especial (CEE) do município abordando a organização da rede e a formação de professores para atender a política proposta. Neste caso foi realizada análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Importa, nesse trabalho, refletir sobre as concepções e as estratégias de ação eleitas pela rede municipal de ensino.

Concepções e conceitos

A rede municipal de ensino de Florianópolis apresenta-se, em diversos documentos, com uma proposta de educação inclusiva. Esta perspectiva, porém, está eivada de conceitos e concepções que dão contorno à proposta e às suas ações, tais como inclusão, escola inclusiva, deficiência e formação docente.

Ao coletar os documentos referentes a esta rede de ensino localizamos, primeiramente, a Lei Orgânica do Município a qual indica em seu Art. 120, parágrafo VI prevê “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, com pessoal habilitado de preferência na rede escolar”.

O município não apresenta um documento referente à proposta educacional da rede de ensino como um todo. Segundo fomos informadas na secretaria, este documento está em construção. Contudo, há uma diretriz para a autonomia das unidades escolares em relação ao projeto pedagógico.

No que concerne ao atendimento de pessoas consideradas com deficiência a Secretaria Municipal de Ensino conta hoje com uma Coordenação de Educação Especial onde foram produzidos documentos específicos referentes ao atendimento dessa população.

Tanto nestes documentos como na entrevista, o conceito inclusão é apresentado amalgamado a categorias como igualdade, diferença, alteridade, diversidade e identidade. Estas categorias remetem, em muitos momentos, a acessibilidade e a eliminação de barreiras. No documento sobre a acessibilidade encontramos a seguinte discussão:

A inclusão, na prática, depende de vários fatores. Se por um lado, a existência de leis e o acesso à educação visam eliminar barreiras de ordem político-social e atitudinais, por outro lado, são necessárias mudanças físico-espaciais que garantam o acesso e o bom desempenho das atividades humanas através de um desenho adequado, tanto de equipamentos, quanto de espaços e ambientes construídos. (Dischinger, 2004, p. 05)

Ao mesmo tempo, para a CEE no município, “A inclusão não se faz apenas com o atendimento especializado. Faz com uma nova organização de escola” (Entrevista, 11/10/2006). Tal concepção nos remete a necessidade de perceber como as pessoas que estão a frente deste processo no município compreendem escola inclusiva.

Nos documentos da secretaria, específicos para a educação de pessoas com deficiência, encontramos a seguinte definição de escola inclusiva:

Uma escola que supere os preconceitos e discriminações em relação às pessoas com deficiência, à orientação sexual, à raça, à religião, ao gênero e outras situações, bem como, sistematizar novas maneiras de planejar, acompanhar e avaliar o processo ensino-aprendizagem, assim como, estabelecer uma rede de serviços especializados e de

apoio ao trabalho pedagógico envolvendo professores, orientadores educacionais, supervisores escolares, administradores escolares, professores das salas multimeios, auxiliares de ensino, dentre outros. (MACHADO, 2004, p. 7).

Esta refere-se a todos os alunos e não somente aqueles com deficiência, o que pode levar a algumas generalizações.

Tendo por base a Convenção de Guatemala (1999) os documentos analisados apreendem o conceito de deficiência como aquele que “[...] significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.” (GUATEMALA, 1999). Percebe-se que este conceito aproxima-se daquele utilizado pela AADM, numa perspectiva médico-psicológica, na qual o aluno continua a ser responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso escolar, encobrendo a compreensão de que os sujeitos se constituem nas e pelas relações sociais.

Ao mesmo tempo em que nos documentos encontramos este conceito de deficiência, na entrevista percebemos que, para a representante da educação especial no município, a terminologia utilizada, “deficiência”, é aquela apresentada pela LDB e pela Convenção de Guatemala. Porém, afirma que o mais importante são as posturas e as atitudes que se tem diante dos sujeitos.

É com esta compreensão que a rede municipal de ensino encaminha a formação de professores especializados. Como estes já tinham a base filosófica, teórica e metodológica passou-se a instrumentalizá-los por intermédio de cursos como o de LIBRAS, Tecnologia assistiva com ênfase na comunicação alternativa e na acessibilidade ao computador, Braille, Sorobã, Linguagem Dosvox. Percebe-se que nestas formações é como se a discussão sobre inclusão estivesse esgotada, como se não houvesse outras leituras possíveis e que, desta maneira, este “paradigma” superasse o modelo de formação médico-psicológico.

Ações e estratégias

A rede de ensino de Florianópolis elegeu algumas ações e estratégias relacionadas à inclusão dos alunos com deficiência, organizando-se, atualmente, em serviços especializados (salas multimeios, Centro de Apoio Pedagógico para o Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP – e Auxiliares de Ensino). Estes

trabalhos são compreendidos como não substituindo o ensino regular, mas complementando-o.

Segundo Machado (2004, p. 51) “As salas multimeios são espaços organizados em escolas-pólo da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Florianópolis com o objetivo de promover apoio, instrumentos e complementos aos educandos cegos, de baixa visão, surdos, surdos-cegos e àqueles com dificuldades motoras”. Existem 12 salas multimeios no município, cada uma funcionando com dois professores especializados (formados em educação especial).

Já o CAP, organizado em Núcleos de apoio a produção de Braille e Núcleo de formação “[...] objetiva promover o serviço educacional especializado, visando a inclusão escolar dos educandos cegos ou com baixa visão na Rede Regular de Ensino de Florianópolis” (MACHADO, 2004, p. 58).

Segundo a CEE as auxiliares de ensino acompanham crianças com deficiência física grave, (que têm dificuldades na alimentação, na higiene, na locomoção) nas classes comuns do ensino regular.

Além desses serviços, o município mantém convênio com o Instituto da Audição, Terapia e Linguagem, Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Escola Vida e Movimento (escola especial) e Hospital Universitário Núcleo Desenvolver (ligado a UFSC).

Por intermédio dessas estratégias a rede municipal de ensino atende 400 crianças com diagnósticos de deficiência.

Em relação à formação de professores, as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Florianópolis dizem respeito a seminários que são oferecidos em parceria com o Ministério da Educação.¹ A cidade de Florianópolis, juntamente com mais quatro cidades de Santa Catarina, é uma das cidades escolhidas pelo Ministério para ser pólo de formação. Florianópolis é responsável pela formação de mais 20 municípios.

Além desses seminários, é oferecida formação continuada aos professores da educação infantil e ensino fundamental. Para estes, a centralidade da formação está na relação ensino e aprendizagem e não em conhecimentos específicos das deficiências pois, segundo a CEE do Município, tal especificidade cabe aos professores especialistas.

¹ Programa educação Inclusiva: direito à diversidade.

Hoje, uma das centralidades da formação dos professores especializados diz respeito à comunicação alternativa.

Algumas considerações

Após esta breve apresentação dos encaminhamentos dados pela rede de ensino, podemos destacar alguns pontos que consideramos férteis como pontos de debate.

Compartilhando das reflexões de Ferreira e Ferreira (2004) compreendemos que uma escola para todos, democrática, inclusiva, deve estar inserida em um projeto mais amplo. O fato de a rede não ter uma proposta pedagógica definida remetendo às unidades escolares a responsabilidade por tais projetos se, por um lado, pode significar uma maior democratização, por outro lado, possibilita a presença de diferentes concepções e práticas de inclusão e de exclusão escolar.

A reorganização da rede de ensino de Florianópolis concernente à proposta de educação inclusiva assenta-se na compreensão de inclusão como prática (eliminação de barreiras). Ao fazer tal opção a referida rede de ensino não relaciona o processo de inclusão aos direitos universais e coloca a educação dos alunos considerados deficientes como uma questão de capacidade individual. Podemos compreender que este encaminhamento aproxima-se do que Skrtic (1996) denomina de “Crítica prática do conhecimento da educação especial”.

Por fim, as categorias que dão sustentação a proposta inclusiva da rede secundarizam as relações de classe, como se estas já estivessem resolvidas na sociedade capitalista. Como alerta Garcia (2004), a política de inclusão, por vezes, relaciona-se a administração das desigualdades sociais.

Referências

BARDIN. L. Análise de conteúdo. Lisboa, Edições 70, 1977.

DISCHINGER, M. **Desenho universal nas escolas**: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis: PRELO, 2004;

FAIRCLOUG, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, M.C.C. e FERREIRA, J.R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M.C.R. e LAPLANE, A.L.F (Orgs.). **Políticas e práticas de Educação Inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 21-48.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão**: uma análise no campo de educação especial brasileira. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GUATEMALA. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**, 1999.

MACHADO, R. **Programa escola aberta às diferenças**: consolidando o movimento de reorganização didática. Florianópolis: PRELO, 2004.

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais**: terreno de contestações. Porto: Porto, 2000.

SHIROMA, E.O. et al. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, v. 23, n. 02, jul. /dez, Florianópolis, 2005, p. 427-446.

SKRTIC, T. M. La crisis en el conocimiento de la educación especial: una perspectiva sobre la perspectiva. In: FRANKLIN, B. M. (Compilador). *Interpretación de la discapacidad*: teoría e historia de la educación especial. Barcelona: Pomares-Corredor, 1996, p. 35 – 72.